

Boletim Finanças Públicas

2º Quadrimestre

Salvador, v.3 n.2, maio-ago. 2016

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa

Secretaria do Planejamento
João Leão

Superintendência de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia
Eliana Boaventura

Diretoria de Indicadores e Estatísticas
Gustavo Casseb Pessoti

Coordenação de Contas Regionais e Finanças
Públicas
João Paulo Caetano dos Santos

Equipe Técnica
João Gabriel Rosas Viera
Poliana Peixinho

Coordenação de Biblioteca e Documentação
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

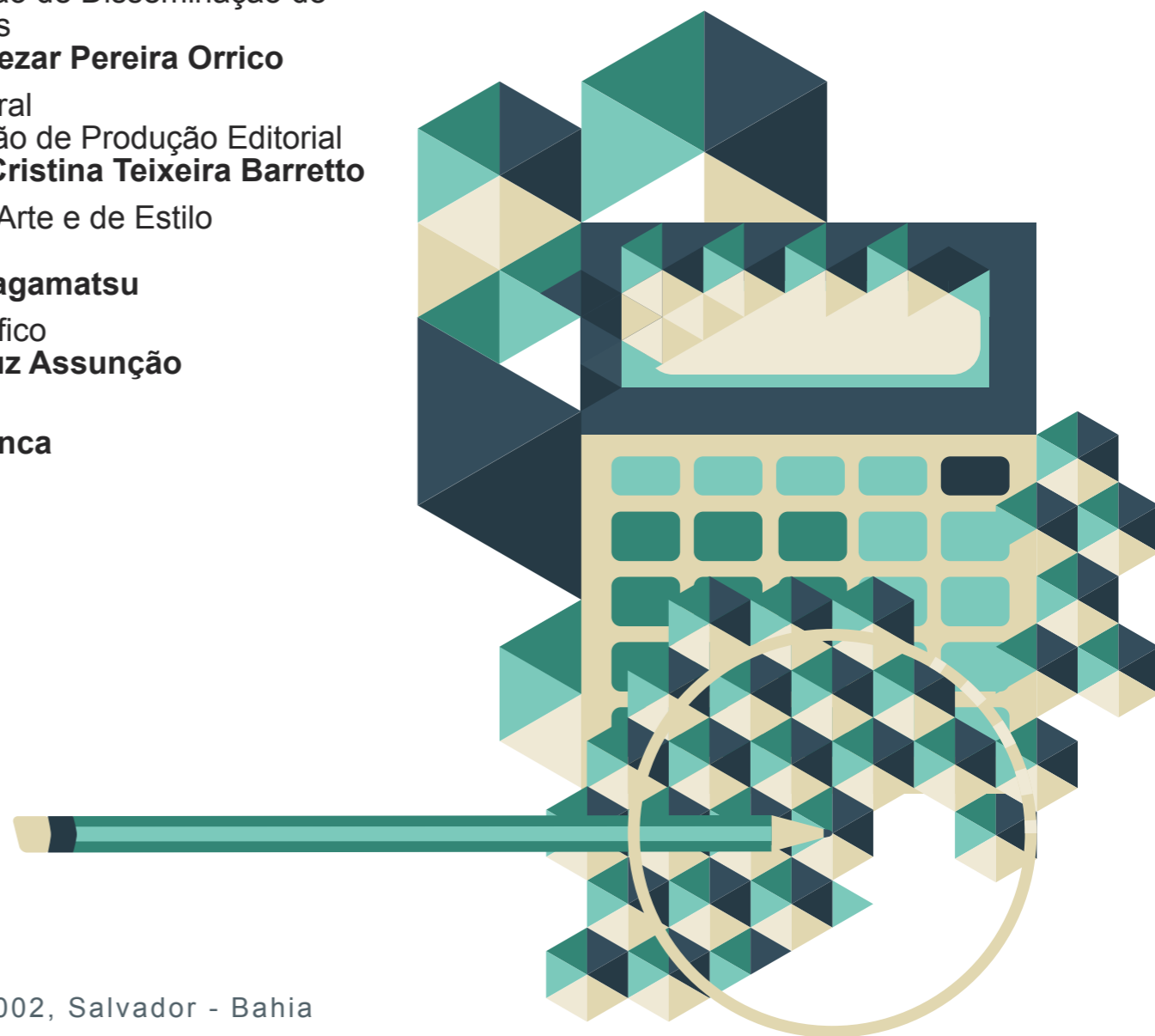
Coordenação de Disseminação de
Informações
Augusto Cezar Pereira Orrico

Editoria-Geral
Coordenação de Produção Editorial
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Design Gráfico
Vinícius Luz Assunção

Revisão
Alcione Zanca



Av. Luiz Viana Filho, 4ª avenida, 435, 2º andar, CAB, CEP 41745-002, Salvador - Bahia
Tel.: 55 (71) 3115-4704 Fax: 55 (71) 3116-1781 www.sei.ba.gov.br



SUMÁRIO

PLANO INTERNACIONAL

GOVERNO FEDERAL

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIOS

APÊNDICES – TABELAS

Apêndice A – União

1.1 LOA 2014 - Transferências Constitucionais

1.2 Arrecadação bruta mensal de receitas federais administradas pela SRF

1.3 Despesas Primárias do Governo Central

1.4 Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP)

1.5 LOA 2014 - Despesa Execução - Programa de Aceleração do Crescimento - BA

1.6 LOA 2013 - Despesa Execução - Programa de Aceleração do Crescimento - BA

1.7 LOA 2012 - Despesa Execução - Programa de Aceleração do Crescimento - BA

1.8 LOA 2011 - Despesa Execução - Programa de Aceleração do Crescimento - BA

Apêndice B – Estados

2.1 LOA 2014 - Transferências Constitucionais

2.2 Fundo de participação dos Estados - FPE, por unidade da Federação

2.3 Transferências Voluntárias, por unidade da Federação

2.4 Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação

2.5 Despesa executada do Estado, segundo a categoria econômica, por bimestre

2.6 Dívida Consolidada Líquida (DCL), Receita Corrente Líquida (RCL) e Relação DCL/RCL.

Apêndice C – Municípios

3.1 Transferências Voluntárias aos municípios, por unidade da Federação

3.2 Repasses Constitucionais dos estados aos municípios

3.3 Repasse mensal de ICMS aos municípios baianos

3.4 Repasse mensal de IPI aos municípios baianos

3.5 Repasse mensal de IPVA aos municípios baianos

3.6 Fundo de participação dos municípios – FPM, valores transferidos aos municípios baianos

3.7 Fundo de participação dos municípios - FPM, por unidade da Federação

APÊNDICES – CARTOGRAMAS

1.1 Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida – Bahia – 2016.

1.2 Gastos Com Pessoal / Receita Corrente Líquida – Bahia – 2016.



Tabelas disponíveis para download em:
http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2382&Itemid=725

PLANO INTERNACIONAL

A edição do monitor fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI), de outubro 2016, dedicou enfoque especial ao nível de endividamento mundial. Com um nível de endividamento que já supera 225% do PIB mundial, grande parte (2/3) endividamento do setor privado, a economia mundial padece em busca de soluções que reduzam os efeitos que esse estoque elevado de dívida provoca sobre o crescimento econômico e os níveis de preço. O retrato global sugere diferentes perfis de composição desse estoque conforme os níveis de desenvolvimento das economias.

A figura do lado esquerdo representa o quadro das economias avançadas. Neste conjunto de países, em média, o nível de endividamento privado (linha amarela) chegou ao seu nível de pico

de 2012, com as maiores reduções registradas nos países que entraram com os maiores níveis de endividamento. Paralelamente a isso, o endividamento público (linha vermelha) cresceu 25% nesse conjunto de países, o que sugere um efeito substituição entre esses dois tipos de passivos. Apenas um terço das economias avançadas apresentaram melhoras na posição do endividamento líquido do setor público desde 2012, e, em geral, essa melhora foi pequena.

Por sua vez, a figura representada do lado direito mostra o nível de endividamento das economias emergentes. Neste caso, a facilidade das condições de financiamento decorrentes da crise financeira global acarretou um rápido crescimento no endividamento privado (linha amarela). No entanto, o aumento ficou concentrado no último quartil da distribuição dos valores de endividamento, incluindo importantes países

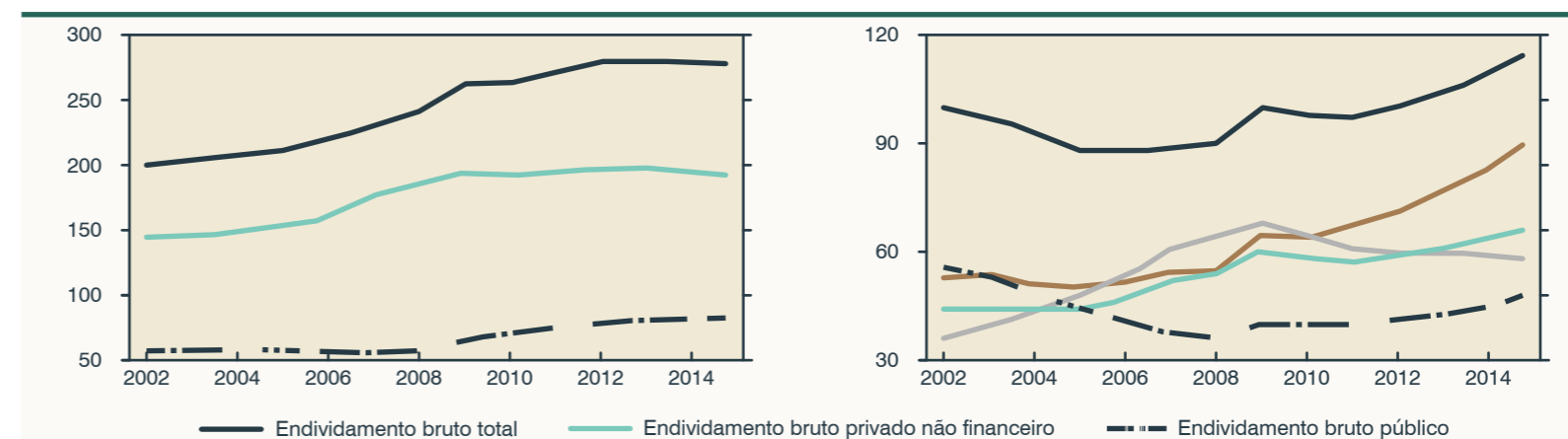
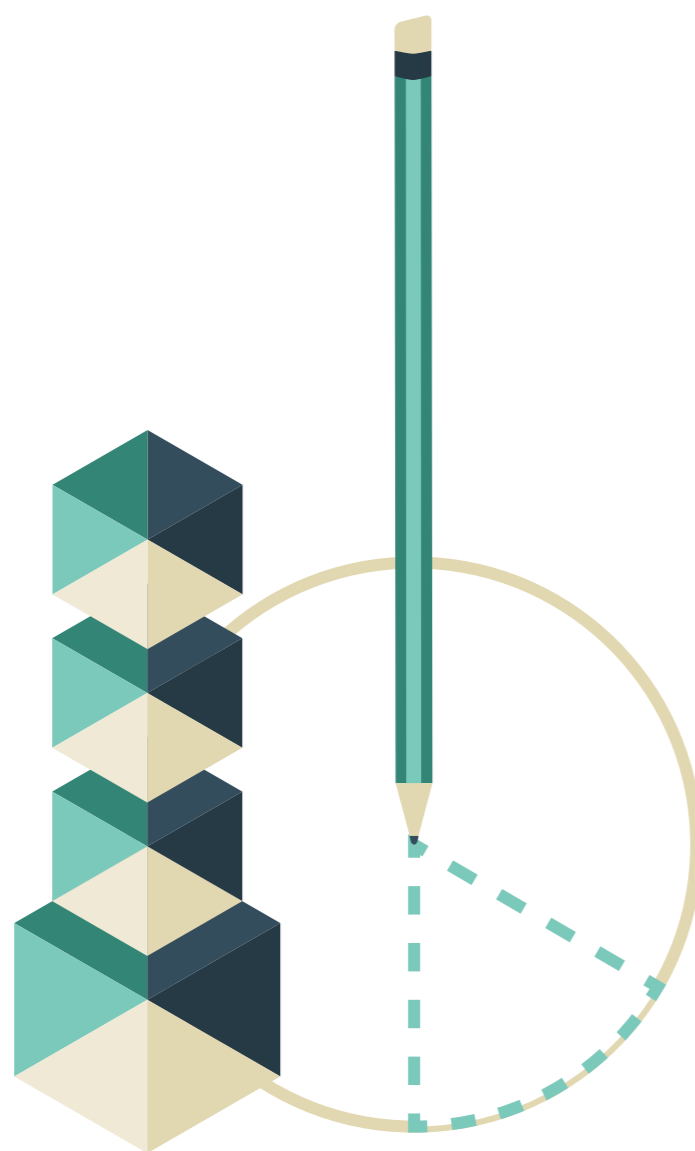


Gráfico 1 - Estoque de endividamento - Economias avançadas e emergentes - 2002-2014

Fonte: International Monetary Fund, Fiscal Monitor — Debt Use It Wisely (Washington, October 2016).

como Brasil e China, que representam 60% do PIB do conjunto das economias emergentes.

Os fatores que estão por trás desta trajetória também diferem entre os conjuntos de países. Nas economias avançadas é o enfraquecimento das condições macroeconômicas o principal responsável pela trajetória dos níveis de endividamento. Mesmo com um ambiente favorável em termos de taxa de juros, o que favorece a capacidade de pagamento líquido, o baixo crescimento econômico desse conjunto de países acaba configurando um quadro ‘positivo’ de diferencial de juros-crescimento¹, implicando num aumento cumulativo do estoque da dívida, sobretudo no período 2008-2015. Desde o começo da crise financeira global, quase 50% do aumento do estoque da razão dívida/PIB do conjunto das economias avançadas se deve a esse quadro ‘positivo’ de diferencial juros-crescimento. No conjunto das economias emergentes ocorreu que a melhora nos níveis de crescimento até recentemente aliado a taxas de juros permitiram menores estoques de razão dívida/PIB. A figura 2 abaixo detalha o comportamento para todos os conjuntos de países.

¹ Essa equação, $(r-g)$, traduz o balanceamento entre as duas variáveis envolvidas com crescimento da razão Dívida/PIB. O estoque da dívida pode crescer inercialmente apenas pelo descolamento dessa diferença (aumento dos juros desembolsados (r) ou diminuição da taxa de crescimento do PIB (g)).

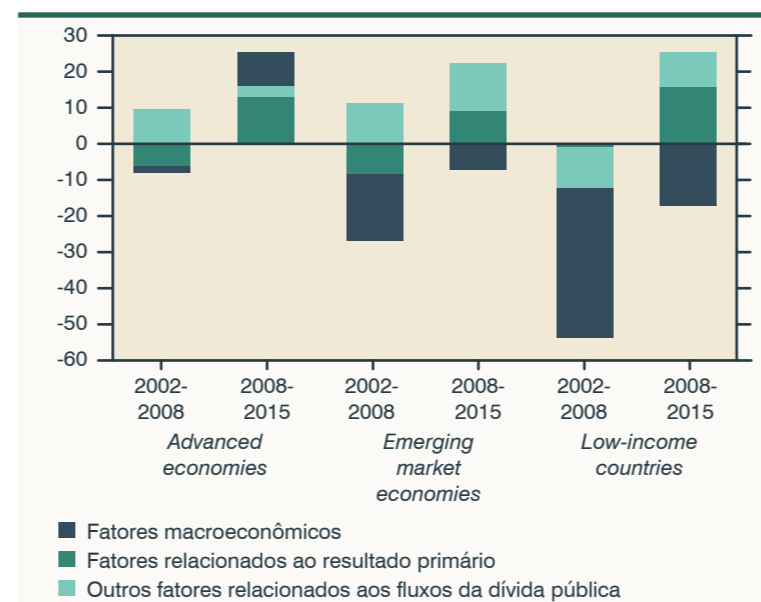


Gráfico 2 - Variação do estoque de endividamento público - Economias avançadas, emergentes e de baixa renda - 2008-2015

Fonte: International Monetary Fund, Fiscal Monitor — Debt Use It Wisely (Washington, October 2016).

GOVERNO FEDERAL

O comportamento das finanças públicas do governo federal no segundo quadrimestre de 2016 ainda está sob os efeitos da crise econômico-institucional que vive o país. Embora a intensidade da queda tenha arrefecido, todos os segmentos foram afetados (ver tabela 1).

É possível observar que a produção física da indústria no segundo trimestre de 2016 caiu 6,5%, com relação a igual período do ano anterior. As implicações dessa queda sobre a arrecadação federal se fazem sentir diretamente através do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Tabela 1 Indicadores Econômicos Conjunturais – Brasil – 2º tri. 2016	
Indicadores	2º tri.
Total da Indústria	-6,5%
Indústria de transformação	-5,6%
Rendimento Médio Real Efetivo das Pessoas Ocupadas	-2,1%
Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)	-6,9%
Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)	-4,7%
Taxa de Desocupação (PNAD-IBGE)	11,3%

Fonte: IBGE.

A queda na arrecadação do IPI no segundo quadrimestre de 2016 com relação a igual período do ano passado foi de 15,5%. O desempenho foi puxado pela queda de 33,3% do IPI-Automóveis, o que está em sintonia com a desaceleração das vendas no mercado interno.

Outro destaque negativo do setor industrial e que também repercute no fato gerador de alguns impostos e contribuições foi o desempenho da indústria de transformação. A queda na produção física foi de 5,6% no segundo trimestre de 2016 com relação a igual período do ano anterior. Adicionalmente, a queda do volume de vendas nos setores de comércio e serviços de 6,9% e 4,7%, respectivamente, acabam por intensificar a arrecadação das contribuições atrelada ao faturamento das empresas. A Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) caíram 6,4% e 6,8% no segundo quadrimestre de 2016, em termos

reais, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano passado. (Tabela 1.1 do Apêndice A)

No que se refere ao comportamento das despesas públicas, o crescimento real no segundo quadrimestre de 2016 foi de 1,4%. Principal item em valores absolutos, o crescimento real das despesas com benefícios previdenciários foi de 8,5%, ao passo que as outras despesas obrigatórias apresentaram redução de 13,3% em termos reais na comparação do primeiro quadrimestre de 2016 em relação a igual período do ano anterior. Com relação a este último, no primeiro quadrimestre houve um desembolso significativo com despesas relativas a subvenções e subsídios. Os desembolsos com seguro desemprego subiram 3,5% no segundo quadrimestre de 2016, em termos reais, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano passado, o que está em sintonia com a deterioração do quadro do mercado de trabalho. (Tabela 1.2 do Apêndice A)

O resultado primário do setor público consolidado no segundo quadrimestre foi deficitário em R\$ 58 bilhões (ou 1,43% do PIB no acumulado do ano). Desagregando o resultado, é possível observar que a conta de juros e o resultado nominal caíram 2,4 e 1,0 pontos percentuais (% PIB) no segundo quadrimestre de 2016 com relação a igual período do ano anterior. Assim, embora o quadro fiscal permaneça grave, e, conseqüentemente deteriore o resultado primário

do setor público, houve uma diminuição no ritmo da deterioração. (Tabela 1.4 do Apêndice A)

ESTADO DA BAHIA

O estado da Bahia observou todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) no segundo quadrimestre de 2016. A tabela 2 apresenta essas informações.

Tabela 2
Limites Legais – Lei de Responsabilidade Fiscal – Bahia – 2015-2016

Limites - RGF	Limites	I.Q16	I.Q15	IIQ.15	III.15
Despesa com Pessoal	48,60%	46,03	45,95	48,27	48,52
Dívida Consolidada	200%	39,97	50,08	54,39	52,81
Garantias de Valores	22%	0,35	0,34	0,34	0,33
Operações de Crédito	16%	0,46	0,83	0,63	2,16

Fonte: SEFAZ-BA, TCE-BA

As despesas com pessoal encerraram o segundo quadrimestre de 2016 acima dos 48% da receita corrente líquida. Esse resultado está em sintonia com a intensificação dos efeitos da crise econômica sobre a arrecadação estadual, o que se reflete na receita corrente líquida (denominador do indicador). Não se pode concluir, entretanto, que este enquadramento das despesas com pessoal nos limites da lei implique situação de solvência ou folga. Embora a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) defina os limites de gasto por esfera de poder, a falta de padronização no enqua-

dramento dos itens de despesa tem ocasionado uma perda de significado dos relatórios gerenciais com a realidade fiscal do ente federado. (Tabela 2.5 do Apêndice A)

Assim como no primeiro quadrimestre, as despesas com investimento também apresentaram crescimento no segundo quadrimestre de 2016. Entre as funções que mais contribuem com este aumento estão a de desenvolvimento urbano, notadamente relacionados a obras e instalações, cuja fonte fundamental de recursos são operações de crédito e transferências voluntárias de órgãos e entidades federais. Os gastos com amortizações, por sua vez, são todos desembolsados através das fontes ordinárias do tesouro e estão relacionados ao endividamento contratual do estado da Bahia. (Tabela 2.5 do Apêndice A)

A arrecadação de impostos também apresentou queda real na comparação com o período anterior. Principal forma de arrecadação do estado, o ICMS apresentou queda real de 4,7% no desempenho acumulado do quadrimestre encerrado em agosto de 2016, em relação a igual período de 2015. Na região nordeste a queda foi menos sentida, apenas 0,7%, sendo que em outros estados como Santa Catarina e Pernambuco, também houve queda real, embora menos intensa (queda de 3,0% para ambos os estados). (Tabela 2.4 do Apêndice A)

As transferências correntes também sofreram os impactos da diminuição da atividade econômica. Os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), conforme assinalado acima, reduziram 5,4% em termos reais para todos os estados da federação (Tabela 2.2 do Apêndice A). No entanto, por ser o principal receptor dessa modalidade de transferências em valores absolutos, o estado da Bahia acaba por ser também o principal prejudicado nesse momento de conjuntura econômica adversa.

O resultado primário do Estado da Bahia foi deficitário no terceiro trimestre de 2016. Na comparação com igual período do ano anterior, houve considerável piora, uma vez que a conta de juros se manteve praticamente no mesmo patamar, mas o déficit nominal triplicou, o que sugere que houve elevação do saldo da dívida líquida neste período. (Tabela 2.6 do Apêndice A)

MUNICÍPIOS

A tabela 3 apresenta os limites de gastos com pessoal no segundo quadrimestre de 2016. É possível visualizar que oitenta e um municípios já ultrapassaram o limite máximo estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Essa situação, que é mais frequente na realidade municipal, vem se

aprofundando sob os efeitos da crise econômico-institucional e tem provocado sucessivos processos de reprovação das contas anuais do gestor municipal. O cartograma dos gastos com pessoal nos municípios baianos pode ser consultado no Cartograma 1.1 do Apêndice.

Tabela 3
Gastos com Pessoal, LRF –Municípios - Bahia – 2016

Número de Municípios (1)	3º quad. 2015	1º quad. 2016	2º quad. 2016
Abaixo de 40%	5	15	13
Entre 40% e 60% RCL	105	154	154
Entre 60% e 80% RCL	66	94	81
Acima de 80%	7	0	1

Fonte: STN, Siconfi.

1 Só foram contemplados os municípios que enviaram as contas do poder executivo (prefeituras). Os números inconsistentes também foram eliminados.

A tabela 4 apresenta os limites do endividamento por quadrimestre em 2016. Neste caso, diferentemente das despesas com pessoal, poucos municípios ultrapassam o limite máximo permitido de 120% da RCL, apenas sete ao fim do último quadrimestre de 2015. O cartograma da dívida consolidada líquida nos municípios baianos pode ser consultado no Cartograma 1.2 do Apêndice.

No entanto, é preciso ressaltar que a capacidade de endividamento municipal é substancialmente limitada pela legislação fiscal. Desse modo, isso não significa que os municípios estejam em condição de solvência, mas sim que o porte eco-

Tabela 4
Dívida consolidada líquida, LRF –Municípios - Bahia – 2016

Número de Municípios	3º quad. 2015	1º quad. 2016	2º quad. 2016
Abaixo de 0%	33	42	30
Entre 0% e 40% RCL	131	112	118
Entre 40% e 100% RCL	95	83	72
Entre 100% e 120% RCL	7	7	11
Acima de 120% RCL	3	8	7

Fonte: STN, Siconfi.

nômico e as regras institucionais exercem um fator limitante sobre o endividamento.

O balanço orçamentário do 3º e 4º bimestre de 2016 dos municípios pode ser visualizado na tabela 5.

O resultado orçamentário agregado dos municípios do estado da Bahia no segundo quadrimestre de 2016 foi deficitário. É válido reforçar que o objetivo do demonstrativo é demonstrar a execução orçamentária em um determinado exercício, no entanto, em função da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores bem como a presença de despesas de exercícios anteriores (DEA), o balanço orçamentário pode apresentar uma situação distinta da realidade do município. Assim, o déficit do conjunto dos municípios baianos no segundo quadrimestre de 2016 de meio bilhão de reais, embora preocupante, não necessariamente implica situação de insolvência, mas sim de um fluxo negativo

Tabela 5
Balço Orçamentário – Municípios – Bahia – 1º bimestre 2016-4º bimestre 2016

Especificação	1º bimestre 2016 (1)	2º bimestre 2016	3º bimestre 2016 (1)	4º bimestre 2016 (1)
Receitas Correntes	R\$ 4.413.167.715,53	R\$ 3.668.356.614,04	R\$ 4.118.200.073,58	R\$ 3.777.991.340,47
Despesas Correntes (B)	R\$ 2.959.776.246,91	R\$ 3.630.403.157,19	R\$ 4.039.797.884,88	R\$ 3.750.568.837,70
(=) Superávit Corrente C = (A – B)	R\$ 1.343.717.146,81	R\$ 37.953.456,85	R\$ 78.402.188,70	R\$ 27.422.502,77
Receitas de Capital (D)	R\$ 79.894.841,48	R\$ 86.360.543,25	R\$ 98.095.414,04	R\$ 68.761.615,37
Despesas de Capital (E)	R\$ 189.569.163,29	R\$ 286.956.918,88	R\$ 333.564.310,90	R\$ 337.263.936,86
(=) Déficit de Capital F = (D – E)	-R\$ 109.674.321,81	-R\$ 200.596.375,63	-R\$ 235.468.896,86	-R\$ 268.502.321,49
Déficit/Superávit orçamentário (C – F)	R\$ 1.234.042.825,00	-R\$ 162.642.918,78	-R\$ 157.066.708,16	-R\$ 241.079.818,72

Fonte: STN, Siconfi-BA.

(1) 289 municípios ou 69% do total dos municípios do Estado da Bahia.

(2) 271 municípios ou 65% do total dos municípios do Estado da Bahia.

que pode ser agravado ou atenuado pelas circunstâncias acima colocadas.

Ao desagregarmos os dados é possível visualizar que seis municípios² concentraram quase 57% do saldo deficitário no terceiro bimestre. No outro extremo, o município de Ibotirama aparece como destaque no resultado orçamentário, o que está vinculado ao recebimento extraordinário de recursos de indenizações e restituições. No quarto bimestre a situação permanece semelhante em termos de concentração para os municípios deficitários (cinco municípios concentram 40% do saldo deficitário), o que sugere que a concentração regional dos déficits orçamentários seja um fato estilizado.

As tabelas 6 e 7 apresentam o detalhamento das receitas tributárias médias por grupo po-

² Bom Jesus da Lapa, Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Salvador e São Francisco do Conde.

pulacional³ no segundo quadrimestre de 2016. Assim como na situação dos déficits orçamentários, existe uma grande assimetria (desta vez por grupo populacional) entre os valores arrecadados por grupo populacional. Os municípios do grupo 4, em média, arrecadaram nos

Tabela 6
Composição das Receitas Tributárias Médias – Municípios – Bahia – 3º bimestre 2016

Especificação	3º bimestre 2016 (1)				
	Grupo Populacional	G1	G2	G3	G4
Impostos		R\$ 1.076.369,81	R\$ 4.411.533,97	R\$ 12.300.577,64	R\$ 58.496.661,66
IPTU		R\$ 37.353,07	R\$ 591.670,55	R\$ 1.348.365,37	R\$ 12.447.105,17
ISS		R\$ 691.648,67	R\$ 2.585.667,37	R\$ 7.886.194,68	R\$ 30.428.499,37
ITBI		R\$ 52.969,00	R\$ 300.881,07	R\$ 992.991,23	R\$ 5.013.773,57
IRRF		R\$ 294.399,07	R\$ 933.314,98	R\$ 2.073.026,35	R\$ 10.607.283,55
Receita Corrente Líquida		R\$ 25.533.971,26	R\$ 58.830.843,62	R\$ 120.132.797,78	R\$ 362.717.667,36

Fonte: STN, Siconfi.

³ Os grupos populacionais foram definidos na metodologia da Revista "Perfil Financeiro dos Municípios Baianos – 2010 a 2013". São quatro, a seguir: Grupo 1 (Municípios até 20 mil habitantes); G2 (Municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes); G3 (Municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes) e G4 (Municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes).

terceiro e quarto bimestres (3º e 4º) de 2016, mais de cinquenta vezes o que foi arrecadado pelos municípios do grupo 1, ou seja, os impostos arrecadados dos quinze municípios do grupo 4, por bimestre, são extremamente superiores aos duzentos e quarenta municípios do grupo 1. Desse modo, as economias de aglomeração econômica acabam por se refletir nas finanças públicas municipais.

As despesas médias por grupo de natureza dos grupos populacionais podem ser visualizadas nas tabelas 8 e 9. Analogamente a situação das receitas tributárias médias por grupo populacional, as despesas liquidadas também são desbalanceadas entre os grupos populacionais. No entanto, essa diferença é menos intensa. No ter-

ceiro e quartos bimestres de 2016 (3º e 4º), em média, os gastos com pessoal dos municípios do grupo 4 foram quatorze vezes maiores em relação aos municípios do grupo 1. A rubrica em

Tabela 7
Composição das Receitas Tributárias Médias – Municípios – Bahia – 4º bimestre 2016

Especificação	4º bimestre 2016 (1)				
	Grupo Populacional	G1	G2	G3	G4
Impostos		R\$ 1.130.186,30	R\$ 4.632.543,65	R\$ 11.767.421,60	R\$ 58.937.239,61
IPTU		R\$ 35.445,47	R\$ 555.210,42	R\$ 1.325.764,77	R\$ 12.579.311,80
ISS		R\$ 718.140,12	R\$ 2.775.151,57	R\$ 7.528.671,11	R\$ 31.473.216,33
ITBI		R\$ 55.478,85	R\$ 319.608,60	R\$ 763.044,81	R\$ 5.072.769,51
IRRF		R\$ 321.121,86	R\$ 982.573,05	R\$ 2.149.940,90	R\$ 9.811.941,97
Receita Corrente Líquida		R\$ 26.366.018,23	R\$ 61.241.570,25	R\$ 121.174.673,71	R\$ 360.706.557,54

Fonte: STN, Siconfi.

Tabela 8
Despesas Liquidadas por Grupo de Natureza de Despesa (GND) – Municípios - Bahia – 3º bimestre 2016

GND	G1	G2	G3	G4
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.454.845,68	R\$ 6.194.154,58	R\$ 12.619.426,35	R\$ 35.221.253,39
Juros e Encargos	R\$ 6.335,48	R\$ 33.110,07	R\$ 79.139,42	R\$ 431.399,88
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.931.735,32	R\$ 4.344.611,63	R\$ 9.665.824,52	R\$ 24.869.465,06
Investimento	R\$ 278.354,93	R\$ 659.586,35	R\$ 1.701.322,34	R\$ 4.113.496,94
Inversões Financeiras	R\$ 17.942,39	R\$ 147.753,66	R\$ 919.000,00	R\$ 47.923,31
Amortizações e Encargos da Dívida	R\$ 51.505,00	R\$ 156.102,07	R\$ 319.672,84	R\$ 1.399.257,15

Fonte: STN, Siconfi.

Tabela 9
Despesas Liquidadas por Grupo de Natureza de Despesa (GND) – Municípios - Bahia – 4º bimestre 2016

GND	G1	G2	G3	G4
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 2.405.514,16	R\$ 5.535.017,41	R\$ 11.133.967,61	R\$ 32.881.271,06
Juros e Encargos	R\$ 6.563,60	R\$ 28.938,56	R\$ 97.065,08	R\$ 295.499,61
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.928.739,35	R\$ 4.552.283,72	R\$ 9.069.045,92	R\$ 25.897.226,40
Investimento	R\$ 338.863,82	R\$ 777.232,59	R\$ 1.987.614,27	R\$ 4.053.544,12
Inversões Financeiras	R\$ 12.000,00	-	R\$ 920.000,00	R\$ 680.000,00
Amortizações e Encargos da Dívida	R\$ 51.353,04	R\$ 149.887,22	R\$ 335.062,57	R\$ 1.354.230,52

Fonte: STN, Siconfi.

que mais essa diferença se acentua são os gastos com investimento (em média, os municípios do grupo 4 desembolsam quinze vezes mais que os municípios do grupo 1), fato que está associado ao maior grau de liberdade institucional para endividar-se das maiores jurisdições municipais.

